

ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA E SALA DE AULA

Planos de atuação docente



Francivaldo Alves Nunes (Org.)

ENSINO DE
HISTÓRIA
INDÍGENA E
SALA DE
AULA

Planos de atuação docente

Francivaldo Alves Nunes (Org.)

DADOS DE CATALOGAÇÃO INTERNACIONAL NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Ensino de história indígena e sala de aula: Planos de atuação docente - Org. Francivaldo Alves Nunes. Ananindeua: Campus Universitário de Ananindeua - UFPA, 2019.

1. Amazônia - Indígenas - História 2. Escola - Saberes - História 3. História - Indígenas - Sociedade 4. Docência - Atuação - Sala de aula

1. Nunes, Francivaldo Alves, 1974-

SUMÁRIO

Apresentação

- 5 -

Jogos indígenas e ensino de história na escola Padre José de Anchieta,
São Sebastião da Boa Vista, Pará

- 9 -

Vivências ribeirinhas e cultura indígena em São Miguel do Pracuúba, Pará

- 15 -

História, culinária indígena e ensino na escola vereador Engrácio Pereira dos
Santos, comunidade Bom Jesus da vila Coqueiro, Pará

- 26 -

Saber local e a cerâmica marajoara: formas de compreensão e transmissão das
experiências indígenas na comunidade Estância, Pará

- 32 -

Cerâmica e ensino de história indígena na escola Independência
reserva extrativista Terra Grande Pracuúba, ilha do Marajó, Pará

- 36 -

Arte e artefatos de culturas indígenas no ensino da história
na comunidade Antonim, Pará

- 40 -

Povos indígenas/mudanças e permanências: um estudo de caso na escola São
José no rio Umarituba. Pará

- 44 -

Povos indígenas, ensino e diferentes temporalidades

- 49 -

Referências

- 53 -

Apresentação

Iracema, romance de 1865, de José de Alencar, representou uma leitura sobre as populações indígenas que marcou a produção de estudos sobre o tema. A “virgem dos lábios de mel”, como ficaria conhecida a personagem, em referência a docilidade e passividade da moça, na trama se apaixona pelo guerreiro europeu Martim, perde a virgindade e dá à luz a um menino, Moacir, cujo nome significa “filho do sofrimento”. A simbologia dos acontecimentos conduz o leitor a perceber a necessidade da indígena morrer para que o filho sobreviva e, com ele, se inaugure uma nova nação, agora mestiça, dominada pelo europeu, mas que tem como destino o desaparecimento das populações nativas.

Essa narrativa ao mesmo tempo que assegura aos indígenas uma história de desaparecimento, quando do contato com os colonizadores portugueses, perdendo suas identidades étnicas e culturais, reserva ao que se rebelam a esta aproximação, o isolamento ou a massacre pelas forças militares de ocupação.

As reflexões históricas, por um certo tempo, embarcaram nesta narrativa, buscando explicar esses caminhos reservados aos grupos indígenas. Estudos mais consistentes e pioneiros de Manuela Carneiro da Cunha (1992) mostraram uma leitura nada idílica neste encontro entre indígenas e colonos. Estima-se que um quarto da população indígenas teria sido dizimada neste encontro, entre 1849 e 1650, um verdadeiro genocídio.

De acordo com Lilia Moritz Schwarcz (2019, p. 163), não há dúvida que uma atitude geral parece prevalecer com relação aos indígenas. No caso, “procura-se tornar sua presença basicamente invisível no Brasil, tirando deles o direito à propriedade e à autoafirmação” e com isso “negar a essas pessoas sua própria história, a prática de seus costumes e a riqueza de suas cosmologias”.

Desafiados a contrariar essa leitura autoritária e preconceituosa sobre os povos indígenas, os alunos do Curso de Licenciatura em História do Programa de Formação de Professores (Parfor), no município de São Sebastião da Boa Vista, ilha do Marajó, Pará, resolveram construir propostas de atuação docente que valorizem a experiência indígena no processo de construção da história nacional e na afirmação de valores e experiências sociais e de trabalho que orientam o modo de vida das populações que residem no Pará.

As propostas foram construídas durante as atividades da disciplina “História Indígena e do Indigenismo”, em que se buscava entender a formação do Indigenismo como campo de investigação histórica e a história indígena como campo de reflexão para desenvolvimento de experiências em sala de aula.

Ao discutirmos questões centrais que marcaram o contato e as relações entre nativos do Novo Mundo e europeus que compreendem a legislação, a tutela, as relações de trabalho e de exploração, as formas de mestiçagem e resistência, e os usos do território, não se deixou de observar as implicações e possibilidades destas reflexões no ensino de história indígena.

Tratava-se com a disciplina em tela e como sugestão de leitura textos que se propunham a incentivar a valorização do ensino de história indígena brasileira inserida no princípio da contemporaneidade histórica, instrumentalizando aos acadêmicos e buscando atender a Lei 11.645/2008, no que se refere à obrigatoriedade da temática “história indígena” no currículo oficial da rede de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.

Para isso, nos preocupamos em apresentar o campo de estudos da história indígena no Brasil, assim como refletir acerca das representações dos indígenas na documentação oficial e nos relatos etnográficos no decorrer do contato com os europeus e outras populações colonizadoras. Identificar as ações e políticas indigenistas relacionando-as com a situação econômica e ambiental das terras indígenas na atualidade, perceber o indígena enquanto sujeito histórico e trabalhar a temática indígena no espaço da sala de aula foram ações vivenciadas pelos discentes do ensino de história.

Ao final dos debates, os discentes do curso foram orientados a preparar uma proposta de atuação docente que tivesse a temática da questão da história indígenas como objeto de reflexão. Ao final foram apresentadas oito propostas. Estas enfatizam os jogos e brincadeiras indígenas no contexto da escola para o ensino de história, destacando historicamente a importância destas práticas esportivas na vida social, cultural e educacional das comunidades rurais, sua abrangência enquanto evento organizacional, vivenciando os jogos em sua praticidade no espaço escolar.

Outras propostas, perpassam pela discussão em sala de aula de textos didáticos produzidos pelos professores e também atividades de pesquisa de campo relacionada à busca por artefatos, comprovando assim os vestígios da

existência de grupos indígenas. Com estes trabalhos se pretende promover na comunidade alvo um novo olhar sobre a forte contribuição da cultura indígena na própria localidade, fortalecer o conhecimento da história indígena e suas lutas, bem como despertar o respeito, a valorização e o reconhecimento do protagonismo dos povos indígenas na história.

Há se destacar que alguns planos de intervenções apresentados apontam para um diálogo mais próximo com os moradores mais velhos das comunidades rurais, no seu espaço de convivência, tendo como premissa registrar, através desses relatos as experiências desses sujeitos e as influências dos indígenas no seu modo de viver, em suas práticas cotidianas. Assim também como buscar o registro, através de imagens de objetos herdados dos povos indígenas e se possível trazer esses materiais para serem apresentados em sala de aula.

Os hábitos alimentares também foram objetos de proposição. No caso, a ideia é trabalhar e desenvolver tal temática no âmbito do projeto de intervenção na escola, com a finalidade de identificar e reconhecer o legado da culinária dos povos indígenas e seus métodos utilizados para preparar seus alimentos. Dessa forma, busca-se possibilitar aos alunos a identificação nos seus hábitos alimentares a herança indígena, como tipos de alimentos e técnicas de preparo, visando discutir com os educandos, as mudanças e diferenças entre os hábitos alimentares atuais e os hábitos alimentares das populações nativas.

Há também proposições que procuram compreender a experiência histórica das populações indígenas, no sentido de analisar seu protagonismo, como ainda mostrar que a imagem indígena não pode ser congelada em um a certa temporalidade. A processo histórico permitiu aos grupos indígenas traçarem estratégias de luta, assim como permitiram se colocarem diante do mundo que se apresentava, incorporando elementos de outras culturas sem perder sua identidade indígena.

Trata-se de perceber as conquistas, como destaque para as formas de acesso a universidade e com isso aos cursos de ensino superior, as formações profissionais e campos de atuação que esses povos passam a ocupar no ambiente dos espaços urbanos, através da ocupação no mercado de trabalho em empresas e indústrias, por exemplo. A ideia é mostrar as mudanças e permanências da maneira de como viviam e pensavam o mundo, superando a ideia de que os indígenas não podiam acompanhar o processo de transformação.

Aos leitores vão encontrar um material de auxílio a prática docente que tem a preocupação política de desenvolver experiências em sala de aula e no ambiente escolar sobre a temática indígena, apresentado essa população como atores políticos, até então apartados da cidadania plena e do consequente exercício dos seus direitos, inclusive de ter sua história contada, de forma a revelar o seu protagonismo.

Este material didático é um exercício importante, através do ensino de história, de dar visibilidade social as populações indígenas.

São Sebastião da Boa Vista, Pará, 28 de julho de 2019.

Francivaldo Alves Nunes

JOGOS INDÍGENAS E ENSINO DE HISTORIA NA ESCOLA PADRE JOSÉ DE ANCHIETA, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, PARÁ

José Paulo Rodrigues
Juredson Duarte Farias
Matheus Frazão Saraiva

Introdução

Nesta proposta de atuação docente realizaremos uma intervenção voltada para o ensino de história, tendo como elemento principal os jogos indígenas no contexto escolar, com o intuito de promover o conhecimento histórico e utilitarista das práticas esportivas dos povos indígenas, bem como mostrar e conscientizar o alunado de que tais jogos esportivos indígenas fazem parte de um processo histórico e sociocultural que se encontram mais próximos das comunidades não indígenas do que se pode perceber. A proposta busca ainda proporcionar a vivência prática desses jogos indígenas aos alunos para que possam experimentar e aproximar-se dessa cultura que envolvem estas populações nativas.

Nesse contexto, estamos considerando que o conhecimento sobre os povos indígenas é fundamental para que os alunos da educação básica aprendam a lidar com as diferenças, particularidades sociais, de modo a minimizar ações preconceituosas que fazem parte do meio escolar. Desse modo, acreditamos que os jogos indígenas são importantes para dar visibilidade a cultura indígena para crianças e adolescentes não indígenas, sendo a escola o melhor ambiente onde esses conteúdos podem ser tratados, discutidos, analisados e vivenciados pelos nossos alunos, ampliando o universo de conhecimento que é acervo riquíssimo.

Para dialogar com o tema dessa pesquisa, ponderamos alguns dos textos debatidos em sala, que nos auxiliaram teoricamente para sustentar nossas concepções em relação a nossa proposta de atividade interventora junto a escola. Maria Regina Celestino de Almeida (2012), por exemplo, analisa o processo histórico de atuação do indígena desde a sua invisibilidade ao seu protagonismo. Thiago Leandro Vieira Cavalcante (2011) por sua vez, propõem-se a debater sobre etno-história como método essencial à compreensão da história indígena. Para Sandra Daniel Lousano Vera Sanchez Reis e Luis de Castro Campos Júnior (2016) nos trazem uma nova perspectiva sobre o ensino de história indígena, ao mesmo passo que as autoras Márcia Elisa Teté Ramos, Marlene Rosa Cainelli e Sandra Regina Ferreira de Oliveira (2018) analisaram sobre o tratamento da temática indígena nos livros didáticos. 9

Com isso, nos propomos a efetuar uma atividade que enfatiza os jogos e brincadeiras indígenas no contexto da escola para o ensino de história, destacando historicamente a importância destas práticas esportivas na vida social, cultural e educacional das comunidades rurais, sua abrangência enquanto evento organizacional e culminantemente vivenciando seus jogos em sua praticidade no espaço escolar.

A importância da cultura indígena através de jogos

Após um longo e violento processo de colonização sobre os povos indígenas, percebemos que a dívida histórica sociocultural com estas etnias ainda deixa muito a desejar. Tal processo de colonização fez com que os povos indígenas fossem marginalizados, tanto pela sociedade, como pela própria historiografia brasileira, resultando num longo processo de resistências e lutas pelos seus direitos e por sua visibilidade perante os aspectos supracitados.

Diante desses preceitos, dialogamos com Maria Regina Almeida (2012) que em seu artigo discute as lutas travadas pelas comunidades indígenas em relação a sua visibilidade, conseqüentemente seu protagonismo frente a sociedade não indígena. Almeida (2012, p. 22) lembra que "em nossos dias, essas concepções vão sendo desmontadas. No palco da história, os índios vão, lentamente, passando da invisibilidade construída no século XIX para o protagonismo conquistado e restituído nos séculos XX e XXI por movimentos políticos e intelectuais nos quais eles próprios têm tido intensa participação".

No que se refere a historiografia, torna-se relevante o debate levantado pela autora sobre a interdisciplinaridade entre a História e a Antropologia, que em certa medida "têm contribuído para dar aos [indígenas] um novo lugar em nossa história" (Almeida, 2012, p. 23). Outro aspecto capital para esta autora, leva em consideração que o ganho de espaço ou protagonismo das identidades indígenas se deve também ao processo da etnogênese, que trata do reconhecimento ou ressurgimento determinadas etnias já reconhecidas. Com isso, "os povos indígenas estão, cada vez mais, conquistando novos espaços políticos, sociais, culturais e acadêmicos, constituindo dessa maneira, um novo lugar na história do Brasil" (Almeida, 2012, p. 23).

O exercício de "historicização" sobre alguns conceitos básicos para se pensar sobre as relações de contato é ponto relevante que nos conduz na utilização teórica deste artigo, uma vez que, mostrar o processo histórico e a importância dos jogos dos povos indígenas aos alunos de uma escola não indígena, torna-se imprescindível à nossa proposta de atividade.

Noutro ponto, Thiago Cavalcante (2011) em seus estudos sobre etno-história e a história indígena, ressalta o uso deste método em vários trabalhos envolvendo as questões indígenas com abordagens históricas. O autor nos oferece a oportunidade de reflexão sobre o valor de se trabalhar com a história indígena, pois com ela podemos fortalecer a “descolonização do discurso histórico” (Cavalcante, 2011, p. 365), por esse motivo, Cavalcante nos adverte que “a história indígena deve representar os povos indígenas como povos históricos, ou seja, não pode reproduzir o discurso do ‘índio eterno’ estereotipado e exótico [...]” (Cavalcante, 2011, p. 367).

Seguindo essa perspectiva, a etno-história surge como metodologia eficaz em relação a aplicação da história indígena, visto que esta, utiliza-se de variadas e diferenciadas fontes, pois a mesma bebe na fonte de outras áreas, como a Arqueologia e a Antropologia, portanto tem a interdisciplinaridade como aliada. “Cabe destacar que as fontes de origem indígena (orais, materiais, visuais, escritas ou audiovisuais) têm muita importância para uma abordagem que vise devolver ao indígena o papel de protagonista de sua história” (Cavalcante, 2011, p. 367).

Sendo assim, a etno-história se destaca pela sua abrangência metodológica, que foge das alternativas “tradicionais”, além de ter a oportunidade de compreender “por dentro” as comunidades indígenas. “De acordo com essa acepção, a etno-história, como método interdisciplinar, é o melhor caminho para se compreender os povos de culturas não-ocidentais a partir de uma perspectiva histórica” (Cavalcante, 2011, p. 359).

Talvez seja essa acepção da etno-história, que possa fornecer um caminho melhor no que se refere ao método interdisciplinar, pois a etno-história “representa uma porção de liberdade metodológica que propicia ao pesquisador partir de um problema que se quer analisar, é o problema que determina fontes e o método a ser utilizados e não o inverso” (Cavalcante, 2011, p. 361).

Quando optamos por realizar este trabalho, estamos exercitando o processo de desconstrução das visões estereotipadas em relação as etnias indígenas e contribuindo para a concepção de um novo olhar sobre o ensino de história indígena. Assim, Sandra Reis e Luis Campos Júnior (2016) buscaram caminhar na direção de novas maneiras de trabalhar a temática indígena, destacando a valorização dos povos indígenas, fornecendo subsídios, colaborando para uma nova forma de abordar o tema da história indígena.

No entanto, a discussão gira em torno de críticas pela forma como os temas em relação aos indígenas são tratados nos livros e no ambiente escolar.

"Existe ainda hoje uma tendência nas escolas em priorizar apenas alguns aspectos da cultura indígena na sua materialidade sem destacar os significados atribuídos em diferentes ambientes. Assim, o que é denominado como "herança cultural" reduz-se a listas de palavras, comidas, remédios, deuses, etc. Uma rápida análise nos livros didáticos de História nos impele a pensar que o índio ocupa um lugar muito reduzido na sociedade brasileira desde o processo de colonização" (Reis; Campos Júnior, 2016, p. 3).

Percebemos nesse debate dos autores, que ainda hoje os livros didáticos e as tendências escolares são bastante limitadas em relação aos aspectos da cultura indígena, por conta disso, nossa proposta aufere relevância, na medida em que, vai além do determinismo e busca explorar os jogos dos povos indígenas, já que se trata de um aspecto diferente e pouco trabalhado, principalmente no ambiente escolar.

Márcia Ramos, Marlene Cainelli e Sandra Oliveira (2018), seguem as mesmas análises e críticas sobre o tratamento da temática indígena nos livros didáticos. Consideram que ao se tratar das temáticas indígenas, a escola como um todo deve passar por um processo de aceitação, ou seja, a reprodução dos conteúdos, estão e serão tratados sobre o ensino do outro, auto conscientizando-se da prática de alteridade.

As autoras discutem questões pertinentes, no que diz respeito aos "avanços" do tratamento da temática indígena nos livros didáticos, que foram de certo modo, alcançados essencialmente através da implantação das leis 10.639, que versa sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e da Lei 11.645 de 2008, sobre a obrigatoriedade da temática "História e cultura afro-brasileira e indígena (Ramos; Cainelli; Oliveira, 2018).

Por outro lado, os conteúdos sobre os povos indígenas nos livros didáticos, apresentam muitas lacunas a serem preenchidas, são fatores que resultam - de acordo com as autoras - num "pensamento abissal" que nega a coexistência entre dois lados (não indígenas e indígenas), sobressaindo sempre a presença de um lado em detrimento do outro (Ramos; Cainelli; Oliveira, 2018).

Nossa proposta interventora vai de encontro ao artigo tratado, por não seguir a risca o currículo formal da escola pública, corroborando com as críticas das

autoras, em relação ao aprisionamento de teorias e disciplinas. No caso tratamos com a ideia de que “as teorias e as disciplinas estão demasiado ocupadas consigo mesmas para poderem responder às questões que o nosso tempo lhes coloca” (Santos; Meneses, 2010, p. 532). Portanto, consideramos a utilização do currículo oculto, bem como o desprendimento dos conteúdos formais das disciplinas em geral, essencial à desconstrução ou minimização dos estereótipos e preconceitos referentes as comunidades indígenas.

Jogos indígenas e ensino de história na Escola Padre José de Anchieta

A atividade será desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre José de Anchieta, localizado no Município de São Sebastião da Boa Vista, Estado do Pará. O prédio encontra-se na Av. das Acácias, s/nº Centro. A clientela é composta por alunos do interior do município rio Pará, furo (pequeno córrego que serve de ligação entre os rios ou igarapés) Laranja, ilha Paquetá, furo Santo Antônio e ruas da cidade que ficam em seu entorno, como rua Jaçuana, avenida das Acácias, rua Duque de Caxias, passagem Caiçara entre outras. Criada e denominada por Decreto do Executivo Municipal, tem seu funcionamento autorizado pela Secretaria de Estado da Educação, de acordo com a legislação vigente.

A escola oferta uma modalidade de ensino oficialmente autorizada a funcionar de acordo com a Lei Federal nº 11274/06 e Resolução nº 03/05 - CNE, Ensino Fundamental de 9º anos, nos períodos da manhã e tarde. No ano de 2019 foram matriculados um total de mil cento e quatorze alunos, sendo que quinhentos e oitenta e dois estudam nas turmas de 1º ao 5º ano, quinhentos e trinta e dois alunos de 6º ao 9º ano. Os alunos estão distribuídos nas seguintes séries e turnos: Manhã - 03 turmas no 1º ano, 03 turmas no 2º ano, 03 turmas no 3º ano, 02 turmas no 4º ano, 02 turmas no 5º ano, 03 turmas no 6º ano, 02 turmas no 7º ano, 02 turmas no 8º ano, 02 turmas no 9º ano. Num total de 526 alunos. Tarde - 03 turmas no 1º ano, 02 turmas no 2º ano, 03 turmas no 3º ano, 02 turmas no 4º ano, 02 turmas no 5º ano, 03 turmas no 6º ano, 02 turmas no 7º ano, 01 turma no 8º ano, 01 turma no 9º ano. Num total de 588 alunos.

Esta proposta será desenvolvida na turma 6º ano. A que funciona no turno matutino. É composta por 39 alunos, dentre eles temos 22 meninas 17 meninos, desse total de alunos 10 alunos moram no interior do município. A idade dos alunos, de 11 e 12 anos.

A proposta será realizada em dois momentos distintos: no primeiro momento será feita a apresentação da proposta e falaremos sobre os aspectos históricos das populações indígenas, depois em duas aulas faremos a explica-

ção histórica dos jogos indígenas que a proposta apresenta. Demonstraremos a importância dessas práticas esportivas na vida dos indígenas, levando o aluno a reconhecer, valorizar e vivenciar as praticas esportivas realizadas por estas populações. Para melhor enfatizar nossa proposta realizaremos uma gincana com os alunos, praticando os jogos indígenas, através de competição de canoagem, cabo de guerra e a corrida com torra de madeira, levando os discentes a vivenciarem na prática esses jogos.

As imagens a seguir, retiradas da internet, ilustram estes jogos, que pretendemos desenvolver.



VIVÊNCIAS RIBEIRINHAS E CULTURA INDÍGENA EM SÃO MIGUEL DO PRACUÚBA, PARÁ

Adair Rosa Pereira
Cleide dos Santos Pinheiro
Janisom Magno da Silva
Maria de Fátima Alves Gonçalves

Introdução

Este trabalho de intervenção no ensino de história indígena se propõe a abordar a contribuição da cultura e práticas dos povos nativos para as diferentes formas de atividades extrativistas e vivências da comunidade denominada São Miguel do Pracuúba, localizada no município de Muaná, Estado do Pará.

Para fazer este estudo utilizamos como base as reflexões levantadas nos textos pelos historiadores e historiadoras Maria Regina Almeida em “Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo” (2012); Sandra Daniel Reis e Luis de Castro Júnior em “Novo olhar sobre ensino de história indígena” (2016); Nayara Carie e Pablo Lima em “Da história dos índios às histórias indígenas: descolonizando o ensino de história” (2018); Márcia Ramos, Marlene Cainelli e Sandra Oliveira em “As sociedades indígenas nos livros didáticos de história: entre avanços, lacunas e desafios” (2018); Maria Schimidt em “Formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula” (2003) e Juliana Ferraro em “A produção dos livros didáticos: uma reflexão sobre imagens, textos e autoria” (2005).

Dessa forma, propomos com a execução deste projeto informar através de debates que há uma contribuição significativa das populações indígenas nas nossas vivências cotidianas, além de mostrar quais são essas vivências, ou seja, técnicas extrativistas, trabalho, relação com as florestas e os rios, entre outras experiências. No caso, estamos fazendo referência as atividades de caça, pesca, colheita, lavra da terra, plantio e criação de animais e também demonstrar, através da busca de vestígios deixados por estas populações nativas, que, de fato, houve uma presença indígena na localidade e que isso precisa ser valorizado na escola e no ensino de história.

A proposta de ensino está voltada tanto para os alunos do 8º ano do ensino fundamental da Escola Deputado Osvaldo Brabo de Carvalho, como também envolve a comunidade principalmente pais de alunos, pois, como enfatizam Reis e Campos Junior (2016, p. 6) “faz-se urgente envolver a comunidade es-

colar em um projeto de discussão, de problematização e de engajamento em ações concretas que visem à valorização da diversidade cultural brasileira”.

Este processo ocorre através da discussão em sala de aula de um texto didático produzido pelos professores e também atividades de pesquisa de campo relacionado à busca por artefatos, comprovando os vestígios da existência de grupos indígenas na localidade. Com este trabalho pretendemos promover na comunidade um novo olhar sobre a forte contribuição da cultura indígena na própria localidade, fortalecer o conhecimento da história indígena e suas lutas bem como despertar o respeito, a valorização e o reconhecimento do protagonismo dos povos indígenas na história.

Usos da bibliografia

Como professores de história, sabemos que ensinar não significa apenas transferir fatos históricos escritos e repetidos ou simplesmente decorar datas. Ensinar história requer ações primordiais como a formação dos professores de história e a utilização de metodologias eficazes na formação de estudantes críticos e atuantes socialmente. Dessa forma, começamos aqui acerca da problematização da utilização do livro didático como “o material” e não apenas como um dos vários materiais a serem trabalhados em sala de aula.

No caso da temática indígena e de seu protagonismo, encontramos no interior da maioria dos livros didáticos apenas um pequeno espaço englobando a temática indígena, sendo que em sua maioria, “exalta-se o papel do colonizador português como desbravador e único responsável pela ocupação de nosso território” (Reis; Campos Júnior, 2016, p. 5). Quanto ao indígena lhe é reservado a ideia de selvagem ou indolente, que vive somente da caça e da pesca, místico e guerreiro. Tais representações, em diferentes contextos históricos de ensino-aprendizagem, estão presentes na literatura, nos textos didáticos, na iconografia, nas músicas, nos filmes, na fala docente e nos discursos de 19 de abril, “Dia do Índio”, tendo povoado o universo linguístico das crianças e jovens ao longo da vida escolar. Em outras palavras, a ideia do indígena congelado no tempo, sem cultura e sem desenvolvimento social ainda toma grande parte das atividades na escola.

Juliana Ferraro (2005) chama a atenção principalmente sobre a utilização e análise minuciosa dos gêneros textuais e as imagens que os acompanham, já que nem todas as imagens correspondem realmente ao texto para seu subsídio, principalmente quando esta retrata determinado povo indígena.

Considerando as reflexões anteriores, diríamos que o professor precisa estar atento a estas situações analíticas. Ferraro (2005) enfatiza também a função ideológica do livro didático como vetor das ideias e valores de grupos no poder e se o professor não estiver apto para a problematização deste poderá transmitir esses valores de grupos hegemônicos em detrimento de outros grupos, principalmente os marginalizados, como as populações indígenas. Sobre a questão Reis e Campos Junior (2016, p. 4) escrevem que:

O espaço destinado aos povos indígenas na história mostra-se igualmente reduzido. A maioria dos livros didáticos de História do ensino fundamental, muitas vezes utilizados como o principal recurso didático em sala de aula, costuma deixar de lado a população indígena ou se limitar apenas a citar sua contribuição. Quando encontramos referências ao tema, observa-se que esses povos se encontram ausentes enquanto sujeitos de sua História.

Sabemos atualmente que os povos indígenas, nativos dessas terras muito antes da chegada dos europeus e que foram posteriormente tratados como “invisíveis”, em boa das produções historiográficas, na verdade sempre estiveram presentes na história, protagonizando a luta por seus direitos, por sua identidade, dinamizando sua cultura na busca pelo seu desenvolvimento enquanto grupo social (Almeida, 2012, p. 21-22).

Da mesma forma, a prioridade essencial é ter professores qualificados e instruídos adequadamente para o ensino de história nas escolas como reforça Mário Schimidt (2003). No caso, Schimidt (2003) discute a necessidade da realização de mudanças com o objetivo de superar o ensino tradicional de história em sala de aula, enfatizando a importância da formação do professor de História de modos que este venha criar condições de conhecimento junto aos estudantes. O objetivo é libertar-se da dependência somente do quadro negro e do livro didático como únicos recursos para a transmissão do conhecimento em sala de aula, ou seja, dominando novas estratégias, técnicas e recursos que enriqueçam seu método didático e faça com que o conhecimento histórico seja ensinado de forma que dê ao aluno, condições de participar, do fazer e do construir a história, problematizar documentos e fontes.

As reflexões anteriores se justificam a partir do pressuposto de que não existe uma verdade absoluta dos fatos e que sempre é possível o surgimento de novas narrativas em relação aos fatos históricos das sociedades, como enfatizam Carie e Lima (2018) acerca da temática indígena. Para os autores, acima de tudo é necessário que o professor de história tenha uma percepção

crítica acerca de narrativas que se pretendem únicas e definitivas [...] seja o uso da expressão sempre no plural: 'histórias indígenas. Assim, o ensino de história indígena possibilita pensar em estratégias metodológicas para fazer emergir, em um cenário público, as histórias contadas pelos indígenas e fomentar o diálogo entre estas e as histórias já consolidadas pela academia e pela história escolar. (Carie; Lima, 2018, p. 785).

O suporte desses autores será fundamental para a aplicação desta proposta pelo fato de abranger um novo olhar sobre os povos indígenas e sua história de luta por direitos e afirmação do seu lugar na história, bem como o seu protagonismo desde a chegada dos europeus até aos dias atuais. Essa discussão abre novos horizontes para que possamos desenvolver com os estudantes um ensino e aprendizagem diferenciada com novas metodologias libertando assim das amarras que restringe o ensino apenas na utilização do livro didático como única fonte de conhecimento, o que leva a transmitir assim, sem perceber, estereótipos e preconceitos generalizados em relação aos povos indígenas e sua rica cultura, negando assim sua participação social atualmente.

Atividade de intervenção pedagógica

A escola municipal de ensino fundamental Deputado Osvaldo Brabo de Carvalho, atende alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Está localizada na Rua Irineu Teixeira esquina com a Rua Inajá no Distrito São Miguel do Pracuúba, município de Muaná, Estado do Pará.

Imagem 1: Escola Deputado Osvaldo Brabo de Carvalho.



Fonte: Acervo dos autores, 2019.

Imagem 2: Alunos da Escola Deputado Osvaldo Brabo de Carvalho em atividade de exposição.



Fonte: Acervo dos autores, 2019.

O Distrito de São Miguel do Pracuúba, hoje assim denominado, se localiza no extremo oeste do município de Muaná, atualmente com uma população de aproximadamente 6.000 pessoas, segundo dados do Departamento Fundiário da Representação Municipal em São Miguel do Pracuúba (2019). O referido distrito situa às margens do rio Pracuúba, afluente do rio Pará.

Imagem 3: Localização do distrito São Miguel do Pracuúba.



Fonte: Imagem retirada da internet via Google.

É uma comunidade ainda em processo de formação e desenvolvimento, tanto territorial, quanto social. Possui uma população formada basicamente por alguns comerciantes e em sua maioria de pequenos produtores rurais, extrativistas e pescadores, além de um pequeno contingente de funcionários públicos municipais e estaduais. Por esse motivo a maioria dos estudantes também contribui para o sustento de suas famílias, causando uma grande evasão escolar de alunos por ocasião da safra do açaí que ocorre de julho a dezembro.

Imagem 4: Comunidade de São Miguel do Pracuúba.



Fonte: Acervo dos autores, 2019.

A escola foi construída para atender crianças de educação fundamental II e conta com um espaço não muito amplo para receber esses alunos. Possui uma área de terra nas suas dependências ao ar livre que é utilizado para atividades físicas, reuniões e festinhas na escola, nos períodos que coincidem com o verão, além do pátio com área coberta. Dispõem de quatro salas, banheiros, cozinha, secretaria, sala de leitura e sala dos professores. Apesar de sua estrutura física, a referida escola não dispõe de refeitório, almoxarifado e laboratório de informática.

A clientela atendida abriga as mais diversas crenças que vão desde as famílias católicas e evangélicas como adventistas, quadrangular, cristãs evangélicas, entre outras religiões cristã. O cenário religioso mostra-se diversificado, assim como permite observar alunos que se dizem sem religião. Devido à situação atual do distrito, ainda em fase de crescimento, o cenário de acesso à escola se torna precário, com ruas lamacentas em dias de chuva e poeirenta durante o verão. Atualmente a escola conta com 7 professores, sendo 5 efetivos da rede municipal concursados e 2 atuando como professores temporários. Alguns possuem formação superior e no caso do professor que ministra a disciplina de História, o mesmo é concursado municí-

pal, cursou História pelo Parfor/UFPA, mas não defendeu o seu TCC, portanto não foi diplomado.

Na atual função, o gestor tem formação superior em Letras pela UEPA. Atuou 4 anos como vice-diretor e hoje atuando no seu primeiro mandato como o diretor da escola, sendo que o acesso à direção foi possibilitado através da indicação do vereador local. A escola não possui equipe técnico-pedagógica e de acordo com dados da última matrícula, a instituição atende 227 alunos, nos turnos da manhã e tarde.

Na sala do 8º ano, onde será desenvolvida a atividade, foi possível observar que os estudantes possuem comportamentos totalmente distintos. Alguns são extremamente comunicativos, ativos, outros são mais reservados e ainda existem outros com dificuldades de concentração nas atividades. A clientela escolar é formada principalmente por estudantes de classe baixa onde a principal renda financeira depende de atividades extrativistas de açaí, madeira e pescado.

A relação com o professor e demais colegas é dinâmica para o funcionamento das atividades. Ora o ambiente está tranquilo, ora agitado. O educador desenvolve um trabalho de aula ditada, escrita e sempre que possível abre espaços para os debates durante e após sua explicação. Utiliza como instrumento de aprendizado um livro didático como “a fonte” dos conteúdos e nesse aspecto, dificilmente dispõe de outros recursos como fontes históricas ou recursos didáticos iconográficos (vídeos, imagens, slides) que tendem a enriquecer o aprendizado.

Percebemos na sala, uma aula enfadonha com falta de atrativos que prendam a atenção dos estudantes, sendo que por esse motivo, muitas vezes durante a explicação do professor os estudantes estão de conversas triviais, que chegam a atrapalhar a aula que só volta ao normal com a chamada de atenção ríspida do professor. Ainda assim o professor procura desenvolver socialização com os estudantes e o conteúdo do livro.

A referida escola não possui equipe técnico-pedagógica e o trabalho é desenvolvido a partir das sugestões propostas pela Secretaria de Educação do Município de Muaná. No entanto, isso não impede que os professores possam buscar outros temas para serem trabalhados, dependendo da necessidade e do contexto material e físico da escola e dos estudantes. O planejamento das atividades é realizado de acordo com o calendário também sugerido pela Secretaria de Educação.

Imagem 5: Sala do 8º ano onde foi observada para realização da atividade.



Fonte: Acervo dos autores, 2019.

A sala de aula é o espaço de interação e aprendizado entre os estudantes e o professor e precisa estar em condições que propicie um ambiente acolhedor e facilitador para estes processos. O espaço de sala de aula observado é amplo para receber os estudantes, embora com sua estrutura um pouco deteriorada.

Nas paredes estão afixados alguns trabalhos desenvolvidos pelos estudantes em cartolinas e papel 40 quilo. O mobiliário da sala consiste em mesa e cadeiras individuais e 1 quadro branco, como se observa na imagem anterior. Todos num estado de conservação não muito bons. O professor precisa criar um espaço que possa fazer com que os estudantes se sintam-se à vontade para aprender inovando e adaptando novos recursos, fugindo assim daquela rotina diária de ditado-escrita-leitura-atividades como observadas na sala do 8º ano.

A instituição conta com um acervo de materiais pedagógicos o que inclui livros e jogos de matemática e língua portuguesa. Estes materiais são de uso comum, cabendo aos profissionais da escola a responsabilidade de utilizá-los. Durante a observação na sala do 8º ano, o professor utilizou-se apenas de um livro didático para dirigir as aulas. O conteúdo é abordado exatamente como este se encontra no livro didático, mesmo teor, mesma linguagem e em momento algum foi utilizada outra fonte histórica para comparar ou questionar com a narrativa do livro didático. No ambiente da sala de aula não constavam também projetor, televisão ou DVD para auxiliá-lo de forma iconográfica no encaminhamento das atividades a também através das minhas observações e indagações, não há estes recursos midiáticos na instituição.

Diante do diagnóstico anterior, esta proposta está voltada para alunos do 8º ano da escola, envolvendo a disciplina de História ou Estudos Amazônicos com um tempo estimado em 4 aulas de 45 minutos.

A abordagem terá como temática “a presença da cultura indígena nas praticas extrativistas do cotidiano de São Miguel do Pracuuba” evidenciando as diferentes atividades extrativistas realizadas no cotidiano em São Miguel do Pracuúba de forma a proporcionar ao público-alvo: reconhecer a presença da cultura indígena nas diferentes atividades extrativistas executadas pelos pracuubenses na subsistência do dia a dia; entender que houve uma presença indígena na localidade que contribuiu em muitos aspectos para o desenvolvimento da cultura ribeirinha atualmente e; valorizar a importância do ensino de história indígena na localidade. Assim sendo, serão necessárias algumas etapas para poder atingir os resultados esperados.

Em um primeiro momento apresentar-se-á a proposta para os estudantes e os objetivos que esperamos alcançar com o desenvolvimento da proposta. Em seguida com a divisão em grupos dependendo do número de estudantes, esperamos conseguir 7 grupos com 5 componentes. Será entregue um texto didático de apoio que mostra as atividades extrativistas realizadas no cotidiano como forma de geração de renda e manutenção alimentar da comunidade para cada grupo que também será exposto pra debate em sala de aula, juntamente com o professor através de recursos de datashow, se houver, ou então impresso em papel A4.

Enquanto abordamos o tema e o texto didático os estudantes acompanharão através de leitura, podendo, dessa forma, surgir um debate a cada forma de atividade extrativista apresentada. A discussão será gerada com base no texto didático produzidos de nossa autoria, considerando as discussões em sala da universidade, apresentando as seguintes atividades extrativistas: pescaria e mariscada (pesca de mariscos), gapuia e tapagem (espécie de barragem para impedir e prender o pescado), caçadas, coleta de frutos e sementes, plantações e criações.

De acordo com Reis e Campos Junior (2016, pp. 9-10), no cotidiano da sociedade brasileira a contribuição indígena foi e ainda é muito relevante gerando grande influência na nomenclatura de objetos, nome das pessoas além da herança e contribuição para a formação da cultura brasileira. Esta influência, que pretendemos trabalhar nesta atividade em sala de aula, está associada desde a comida à forma como os brasileiros enfrentam as doenças. Procuraremos mostrar também a forte relação e a dependência da

floresta, em que descobriram nela uma variedade de alimentos, como a mandioca (e suas variações como a farinha, o pirão, a tapioca, o beiju e o mingau), o caju e o guaraná, utilizados até hoje em nossa alimentação.

Alguns grupos inserem em sua dieta a carne de animais como antas e jabutis - caso dos índios Caiapó, que preferem carnes gordas -, e os que se alimentam mais de peixes e carne de macacos, como os da região do Alto Xingu. Também faziam parte de sua dieta: carne de caças, peixes, raízes, frutas silvestres, palmito, castanhas, "cocos" de palmeiras e algumas folhas, o que não se diferencia nem um pouco dos modos de vida ribeirinho ao longo dos anos.

Os recursos didáticos para a atividade em sala de aula envolvem datashow (se houver), notebook, papel A-4, caderno, caneta e outros que poderão surgir de acordo com a necessidade do momento.

Como o objetivo da proposta é promover o conhecimento sobre a significativa contribuição indígena nas nossas vivências cotidianas, além de mostrar quais são essas vivências através de texto didático, no final da apresentação e socialização do texto será encaminhada a atividade avaliativa de campo.

Essa atividade de avaliação será feita através de uma pesquisa realizada pelos grupos formados em sala de aula onde os estudantes irão pesquisar e recolher artefatos que comprovem que de fato houve a presença de grupos indígenas na localidade, e que essas contribuições não são coisas do acaso. Para isso, eles irão percorrer a localidade em buscas de artefatos de pedra, argila, ossos em geral que será entregue na escola pra exposição e em seguida posta em acervos da própria escola como forma de preservação de fontes históricas da localidade.

Essa proposta de campo será orientada por nós enquanto aplicadores do projeto, após uma conversa com os pais dos alunos, onde mostraremos a importância do contato dos estudantes com a história da sua localidade bem como a necessidade do apoio nas atividades.

Uma vez posto os materiais recolhidos para exposição, esta será feita através de um evento na escola com convite aberto aos pais e responsáveis bem como a todos os moradores da localidade. Neste evento, serão mostrados para a comunidade quais os sucessos adquiridos com a atividade. Neste momento também será feita a classificação dos artefatos encontrados. A classificação se dará nas seguintes nomenclaturas: Antropomorfo, se os ar-

tefatos forem com formatos humanos; Zoomorfo: se forem em formato animal; Lírico: se o artefato for de pedra; Cerâmico: se o artefato for de argila.

A finalização da atividade se dará num momento de avaliação em sala de aula onde trabalharemos duas linhas de conversas com os estudantes: 1- após a aplicação do projeto, qual o ponto de vista dos alunos sobre a história indígena bem como a contribuição da rica cultura indígena nas vivências ribeirinhas em São Miguel do Pracuúba? 2- Qual a importância da aplicação do projeto para os estudantes?

Esperamos com aplicação desta atividade primeiramente despertar nos alunos o interesse pela história da sua localidade e o gosto pela pesquisa e que os mesmos compreendam que há grande contribuição da cultura e das práticas indígenas nas vivências da comunidade nas técnicas extrativistas de geração de renda e manutenção de vida que os moradores da comunidade buscaram executar para suprir suas necessidades ao longo dos anos. A perspectiva é que se possa ter um novo olhar sobre a cultura e história indígena, contribuindo assim, para a quebra dos estereótipos e preconceitos alimentados por muito tempo sobre estes povos como indolentes, atrasados, além de outras formas de preconceito que surgem devido a falta de conhecimento.

HISTÓRIA, CULINÁRIA INDÍGENA E ENSINO NA ESCOLA VEREADOR ENGRÁCIO PEREIRA DOS SANTOS, COMUNIDADE BOM JESUS DA VILA COQUEIRO, PARÁ

Luiz José Nascimento Costa
Marcelo Pinheiro
Magdiel de Amorim Ramos
Manoel Ferreira de Lima Neto

Introdução

Os hábitos e práticas alimentares podem ser compreendidos como aspectos culturais dos mais variados grupos sociais. Diferentes povos apresentam diferentes culturas alimentares. Nesse viés torna-se fundamental conhecer as culturas alimentares dos povos, que expressão também outras características importantes em relação a um determinado povo. Exemplos dessas variedades podem ser encontrados no modo de se alimentar dos povos indígenas. A culinária indígena, contribui e influencia no modo de se alimentar de outros grupos sociais, como comunidades ribeirinhas por exemplo. Dessa forma esta proposta de atuação docente busca-se conhecer e compreender os hábitos alimentares indígenas com todas suas particularidades e o reflexo desses hábitos alimentares, na comunidade Bom Jesus da vila Coqueiro.

A promulgação da Lei 11.645/08 que alterou e estabeleceu novas diretrizes e bases à educação nacional, tornando obrigatória a temática “História e Cultura Afro Brasileira e Indígena” nas salas de aula, tem exigido do professor novas didáticas para enriquecer o currículo e as temáticas propostas pela lei, caso contrário, estaremos fadados a manter o discurso eurocêntrico e etnocêntrico que a história escreveu durante tantos anos.

Nessa perspectiva, surgiu a ideia de trabalhar e desenvolver tal temática no âmbito do projeto de intervenção na Escola Vereador Engrácio Pereira dos Santos, com a finalidade de identificar e reconhecer o legado da culinária dos povos indígenas e seus métodos utilizados para preparar seus alimentos. Dessa forma, buscamos com a atividade possibilitar que os alunos identifiquem nos seus hábitos alimentares heranças indígenas, como tipos de alimentos e técnicas de preparo, visando discutir com os educandos, as mudanças e diferenças entre os hábitos alimentares atuais e os hábitos alimentares dos indígenas.

Por meio deste trabalho os alunos iram perceber, também, o quanto a culinária indígena está presente no nosso cotidiano. Porém, a visão que pode

ser repassada pela escola aos estudantes é a de que a participação dos indígenas é somente em datas comemorativas, e nessas ocasiões as turmas fazem pinturas nos corpos, apresentação de danças típicas, como se a presença desses povos na nossa sociedade fosse mero folclore.

O projeto partiu da intenção de apresentar e discutir com a turma selecionada, os elementos culturais, hábitos e estilos da vida indígena, demonstrando, inclusive, como assinala a autora Schmidt (1996), que a história da alimentação está presente no nosso dia a dia. População brasileira, especialmente a partir dos grupos étnicos indígenas, enfatizando as contribuições culturais, no que se refere às áreas sociais, econômica e cultural da história do Brasil.

Os indígenas: passado e presente

Ao analisarmos os textos propostos, entendemos que os indígenas começam a ganhar de forma gradativa devido espaço no cenário da cultura brasileira, e protagonizando sua própria história. No entanto, há ainda em nossa sociedade vários estereótipos que estão engendrados em nossas mentes de forma pejorativa, principalmente em nossos sistemas educacionais. Sobre a questão Almeida afirma que "em nossos dias, essas concepções vão sendo desmontadas. No palco da história, os índios vão, lentamente, passando da invisibilidade construída no século XIX para o protagonismo conquistado e restituído nos séculos XX e XXI por movimentos políticos e intelectuais nos quais eles próprios têm tido intensa participação" (Almeida, 2012, p. 22).

Percebe-se que esses grupos étnicos começam a se organizar em busca de seus direitos quanto cidadãos. No entanto, observa-se que esses esforços estão presentes nas conquistas obtidas no decorrer dos anos, um exemplo nítido é a lei 11.654/2008, citada anteriormente.

De acordo com os textos analisados em sala, associados a disciplina "História Indígena e do Indigenismo", no curso de Licenciatura Plena em História (Parfor), discutimos alguns artigos, sobre os indígenas na atualidade e a aprovação da Lei 11.645/2008, que tornou obrigatório nos currículos escolares o ensino da História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas. Tratando da temática indígena nas escolas do país, elaboramos aqui uma discussão sobre como este tema pode ser discutido nas salas de aula hoje, para realizar um debate sobre a importância dos indígenas na história. Neste aspecto, trabalharemos com alguns artigos que tratam dessa temática.

No que se refere a este tema que envolve indígenas e alimentação, dialoga-

remos neste primeiro momento com os autores Sandra Daniel Lousano Vera Sanches Reis e Luis de Castro Campos Júnior (2016). Muitas das iguarias que os índios utilizavam diariamente ainda estão presentes nas mesas de muitos ribeirinhos e até mesmo em algumas cidades principalmente paraenses, “por meio do processo de fermentação do milho, da macaxeira, do caju, do jenipapo, da jabuticaba e da mangaba, os índios fabricavam bebidas, uma espécie de vinho chamado genericamente na língua tupi de cauim ou cahoi” (Reis e Campo Júnior, 2016, p.10), destacam os autores. Este e outros produtos que eram utilizados pelos índios desde os primórdios ainda estão vivos no dia a dia da população paraense.

De acordo com Reis e Campos Junior (2016, p. 12) “alguns grupos inserem em sua dieta a carne de animais como antas e jabutis – caso dos índios Caiapó, que preferem carnes gordas –, e os que se alimentam mais de peixes e carne de macacos, como os da região do Alto Xingu”. No que se refere a essa culinária indígena não podemos generalizar tudo, ou seja, nem todos os grupos indígenas utilizavam os mesmos hábitos alimentares, como menciona Edson Silva (2012, p. 219) em que, “[...] o Brasil não tem uma identidade nacional única! Somos um país de muitos rostos, expressões socioculturais, étnicas, religiosas etc”. Neste sentido podemos perceber as diversidades entre os povos indígenas não homogeneizando estes grupos.

A concepção de homogeneização, quanto as populações indígenas, vem sendo superada na história, sendo desmistificada na historiografia, pois dialogando com Almeida esta questão é tratada da seguinte maneira: "Em nossos dias, essas concepções vão sendo desmontadas. No palco da história, os índios vão, lentamente, passando da invisibilidade construída no século XIX para o protagonismo conquistado e restituído nos séculos XX e XXI por movimentos políticos e intelectuais nos quais eles próprios têm tido intensa participação. Desde a década de 1990, os historiadores no Brasil têm se voltado para o estudo dos índios, valorizando-os como sujeitos dos processos históricos por eles vivenciados" (Almeida. 2012, p. 22). concepções vão sendo desmontadas. No palco da história, os índios vão, lentamente, passando da invisibilidade construída no século XIX para o protagonismo conquistado e restituído nos séculos XX e XXI por movimentos políticos e intelectuais nos quais eles próprios têm tido intensa participação" (Almeida, 2012, p. 22).

Esse esforço em se olhar o outro lado da história, ou seja, o lado dos que por muito tempo passaram despercebido, marginalizados e ignorados. Estes que quase sempre estiveram à margem da história estão agora se transformando em objetos de estudo, isto se atribui muito em decorrência da promulgação da Lei 11. 645/2008, que torna obrigatório o estudo dos povos Afro-brasileiro

e indígena no ensino fundamental e médio nas escolas brasileiras públicas e particulares. Nesse sentido, a proposta de atuação docente aqui apresentada se justifica pela legislação, mas também pela necessidade de revelar a importância e o protagonismo das populações indígenas no modo de vida e alimentação das populações ribeirinhas.

Culinária indígena e o ensino de história na comunidade Bom Jesus

O município de São Sebastião da Boa Vista, pertence à mesorregião do Marajó. Limita-se ao Norte com Anajás, a Leste com Muaná, ao Sul com Limoeiro do Ajuru e a Oeste com Breves e Curralinho. Destaca-se, no município o rio Pracuúba Grande que nasce a noroeste do município e deságua no rio Pará. Recebe vários afluentes, destacando-se pela margem esquerda, no seu médio curso os rios Cariá, Tiririca e Guajará, este último limitando o município a leste com Muaná. Próximo à foz, no baixo curso, em comunicação com uma série de furos, paranás, igarapés. O município de São Sebastião da Boa Vista, possui uma população de aproximadamente 26.301, habitantes segundo IBGE 2018, sendo que aproximadamente, 5.000 residem na Comunidade Bom Jesus da vila Coqueiro.

A comunidade Bom Jesus é fundada no ano de 1970, na localidade Piraí, que está aproximadamente a uma distância de 50 km da sede do município e situa-se a margem esquerda do Rio Pracuúba Grande que, no entanto, pertencia a dona Albertina Tavares, que foi uma das fundadoras, junto com as senhoras Beata de Paula, Maria Rodrigues, e os senhores Diogo Costa, Flavio Vilhena e Raimundo Rodrigues. Nos anos posteriores, precisamente em 1971 a 1973, a comunidade passa por um processo de transição e foi deslocada para a vila Coqueiro onde se encontra atualmente. Apresenta como seus aspectos econômicos a agricultura familiar, sendo o cultivo do açaí, a pesca artesanal e produção de embarcações que, entretanto, apresentam uma relação direta com as atividades relacionadas à agricultura, à pesca, o extrativismo e ao transporte de pessoas, serviços e produtos.

Na comunidade Bom Jesus, situa-se na margem direita do Rio Pracuúba Grande a Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Vereador Engrácio Pereira dos Santos, com um total de 340 educandos, onde trabalham 38 funcionários sendo 20 professores e 18 auxiliares, um coordenador pedagógico para os dois turnos manhã e tarde. Em relação ao aspecto físico a escola possui 12 salas, dentre elas uma biblioteca, arquivo, sala de computação e um refeitório.

Na referida escola, estaremos propondo o seguinte plano de intervenção que

será executado na turma do 8º ano “A” do turno da tarde, no entanto, a mesma contém um total de 20 alunos, sendo deste 12 meninos e 8 meninas. Em relação a profissão dos pais de alunos, estes são agricultores e pescadores.

A culinária caracteriza-se como um relevante traço que está presente na cultura de cada povo. Apresenta-se com inúmeras variações e aspectos diferentes em cada lugar. Nessa perspectiva conhecer a história da culinária indígena torna-se fundamental para compreender o modo de vida de cada povo, levando em consideração as particularidades de cada povo sendo que há variações da culinária de uma tribo e outra.

Dialogando com os textos de Sandra Reis e Luiz Campos Júnior (2016) e o texto de Márcia Elisa Teté Ramos, Marlene Rosa Cainelli e Sandra Regina Ferreira de Oliveira (2018), onde ressaltam a importância do ensino da história indígena, apresentando um novo olhar sobre essa história, e desfazer estereótipos que perpetuam-se ao longo do tempo. Dessa forma ensinar uma história indígena valorizando seus aspectos e particularidades, que mostre o índio como ator principal de sua própria história, desfazendo a cultura de apenas simples citações apresentadas pelos livros didáticos.

A partir dessas e outras reflexões, a presente proposta evidenciará a história da culinária indígena como um relevante aspecto para o conhecimento desses povos. Mostrando as alterações sofridas e reinventadas ao longo do tempo, suas particularidades, variações de um povo e outro, diferentes tipos de alimentação e diferentes técnicas de preparo. Com o auxílio de slides, serão apresentadas aos alunos diferentes tipos de alimentação indígena as variações de um povo e outro, técnicas de preparo e as alterações ocorridas ao longo do tempo. Objetiva-se que os alunos percebam no seu modo de vida ribeirinha aspectos da culinária indígena e assim compreendam que a cultura indígena está presente em nosso dia a dia.

Como proposta de atividade primeiro se realizará uma roda de conversa onde os alunos expressarão suas visões em relação ao tema estudado, que os mesmos relatem seus hábitos alimentares e relacionem esses hábitos aos indígenas. A segunda parte da atividade será uma exposição fotográfica dos diferentes tipos de alimentação indígenas, de acordo com cada povo.

A partir dessa exposição que os alunos tragam pra sala de aula tipos de alimentos que fazem parte de seus hábitos alimentares, como peixe, beiju, macaxeira e tatacá, como mostra a ilustração anterior, sendo que na comunidade é desenvolvido a coleta de frutos como o açaí, de raízes como a

mandioca e também de forma não intensa a caça e a pesca. Os alunos serão divididos em grupos os quais apresentaram diferentes tipos de alimentação e formas de preparo sempre relacionando à culinária indígena.

A partir da aplicação do projeto espera-se que estereótipos sejam desfeitos, que os alunos vejam a história indígena com um novo olhar e com outras perspectivas que não sejam preconceituosas, dessa forma valorizando e respeitando uma cultura que está tão presente em nossas vidas individuais e coletivas. Que a partir da culinária indígena possam compreender vários outros aspectos que formam uma cultura historicamente rica e importante, que mudam e se reinventam ao longo do tempo, definindo inclusive os aspectos alimentares da comunidade que vive os alunos.



HISTÓRIA, CULINÁRIA INDÍGENA E ENSINO NA ESCOLA VEREADOR ENGRÁCIO PEREIRA DOS SANTOS, COMUNIDADE BOM JESUS DA VILA COQUEIRO, PARÁ

Luiz José Nascimento Costa
Marcelo Pinheiro
Magdiel de Amorim Ramos
Manoel Ferreira de Lima Neto

Introdução

O presente trabalho pretende contribuir para os debates no que se refere a educação indígena, assim como buscar estratégias metodológicas que possibilite mostrar através de ações concretas a importância de ampliarmos nossa compreensão a respeito dos povos indígenas. Partindo desse pressuposto é importante situarmos os educandos numa questão cronológica e espacial, para que os mesmos compreendam que é bastante recente as mudanças do cenário educacional em relação as temáticas indígenas, e que isto é fruto da organização dos movimentos dos próprios grupos indígenas em âmbito nacional.

No entanto, ainda apresenta algumas lacunas que precisam ser preenchidas. Neste sentido, com o intuito de colaborar com tais mudanças principalmente em relação a desconstrução dessa visão eurocêntrica dos povos indígenas, primamos por recontar a história dos povos indígenas mais especificamente dos Marajoaras através de objetos de cerâmica, desses indígenas adentrando neste universo simbólico que nos oferece a compreensão e transmissão das vivências desses povos, fazendo uma ligação dessas experiências com o nosso cotidiano, numa perspectiva de colocá-los como sujeitos protagonistas da história.

Para realização desse trabalho, optamos por utilizar como aporte teórico os textos dos autores a saber: Thiago Leandro Vieira Cavalcante “Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa” (2011); Circe Maria Fernandes Bittencourt “O ensino de história para populações indígenas” (1994); Nayara Silva de Carie e Pablo Luiz de Oliveira Lima “Da história dos índios às histórias indígenas: descolonizando o ensino de história” (2018).

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Independência, está localizada no alto Rio Pracuúba Grande dentro da Reserva Extrativista “Terra Grande e Pracuúba”, na comunidade Estância, cerca de 10 quilômetros da sede do Município de São Sebastião da Boa Vista. Na comunidade Estância,

vivem aproximadamente 52 famílias, sendo que a renda per capita dessas famílias varia de 1 a 2 salários mínimos. Na localidade há predominância de pessoas que trabalham no extrativismo do fruto do açaí que é a maior fonte de renda local, pequenos comércios, pescadores, caçadores, servidores municipais, carpinteiros, pedreiros, pintores, calafates.

A escola neste ano de 2019 possui um total de 17 funcionários sendo 09 professores e 08 da equipe de apoio. Atende um público 09 alunos da educação infantil e 79 em modalidade de multissérie de 1º ao 5º ano, sendo um total de 87 no turno da manhã. No Ensino Fundamental Maior de 6º ao 9º anos, 59 alunos no turno da tarde. No geral, a escola Independência atende um universo de 146 alunos, desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental Maior. Essa atividade será direcionado aos alunos de 8º ano uma turma composta por 15 alunos sendo 8 mulheres e 7 homens com uma faixa média entre 12 a 17 anos.

Usos da bibliografia

O autor Thiago Cavalcante (2011), nos apresenta uma discussão historiográfica, que versa romper com o olhar eurocêntrico sobre os povos indígenas. Nesta perspectiva, surgiu a etno-história, buscando tentar encontrar um caminho para romper com essa visão, passando a agregar outros elementos, como a interdisciplinaridade para esse processo. Nesse caso, entendemos que a história é um elemento para compreender o presente, no caso das populações indígenas a história também serve para educar. A etno-história valoriza esses povos indígenas. É importante compreendermos que história indígena e etno-história não é a mesma coisa, a história indígena pega a etno-história e utiliza como método.

Ainda partindo desta seara é importante apresentarmos as discussões abordadas no texto da autora Circe Bittencourt (1994). Segundo esta autora é possível se fazer uma história indígena só que para isso precisamos ter alguns cuidados, tais como: entender que nós não vamos simplesmente ensinar esses povos indígenas, nós também vamos aprender com eles, seus hábitos, costumes, etc; compreender as nações indígenas como protagonistas do ensino de história, eles é quem tem que dizer a história que eles querem estudar; a necessidade de se investigar a fonte, o que significa que o historiador tem que levar em consideração que o documento produzido pelo colonizador carrega consigo uma carga de valores, preconceitos sobre esses povos indígenas.

Vale ressaltar que essa história que eles querem que conte coloca como ponto de observação os problemas que os colonizadores trouxeram. No caso,

os indígenas reclamam isso. Há uma defesa de uma história daquilo que para eles é importante, seus mitos, crenças, culturas, etc. Portanto, eles reivindicam uma história indígena centrada nas lógicas das suas próprias culturas.

Para corroborar com essas discussões levantadas no decorrer do texto, é importante enfatizarmos o trabalho desenvolvido pelos autores Nayara Silva de Carie e Pablo Luiz de Oliveira Lima, que atesta as legislações implementadas pelo Estado como instrumento de garantia dos direitos dos povos indígenas.

No tocante as conquistas dos povos indígenas em termos de legislação não se pode negar que houve avanços como se percebe através da Lei Federal 11.645/2008 que implementou a obrigatoriedade do ensino de história indígena em todas as redes de educação básica, pública e privada. Assim também como a aprovação no ano de 2012 da Lei 12.71, conhecida como “Lei de Cotas”, que obriga as instituições federais de ensino superior a reservarem vagas para estudante indígenas oriundos de todas as redes públicas. Ainda cabe destacar as obras publicadas de autoria dos próprios indígenas.

Entretanto, ao se analisar as coleções didáticas aprovadas pelo PNLD, referente ao ano de 2017 percebe-se que as histórias indígenas presentes na coleção não tem acompanhado o ritmo da legislação, nem das pesquisas em História indígena ou da produção bibliográfica de autoria indígena. Portanto, isso nos remete a problemática de após uma década de aprovação da entrada em vigor da Lei 11.645/2008 a história indígena no livro didático é abordada numa perspectiva eurocêntrica. Essa visão generalizada é percebida em representações dos indígenas como um grupo étnico homogêneo, portanto desconsiderando a enorme diversidade desses povos, bem como a quase ausência de versões elaboradas pelos próprios povos indígenas sobre suas histórias.

Um outro fator preocupante está relacionado aos cursos de Licenciatura em História nos quais não existem disciplinas obrigatórias no campo da história indígena, nem mesmo disciplinas sobre a temática na perspectiva da história dos índios. Neste sentido, podemos afirmar, que há um descompasso entre o que tem sido produzido sobre a história indígena e o ensino de história.

Esses problemas se estendem pelas diversas implicações para a formação de professores, “para a educação das relações étnico-raciais, para a superação do racismo e do preconceito contra os povos indígenas e para o cumprimento

da Constituição, da Convenção 169 da OIT, da LDBEN e da Lei 11.645/2008” (Carie e Lima, 2018). Percebe-se que essas dificuldades se apresentam por falta de formação para professores mesmo tendo o nível superior em alguma área, mais não tem a formação para trabalhar a educação indígena em suas escolas, o que lhes possibilitaria uma visão mais ampla dos povos indígenas ajudando na descolonização do ensino de história indígenas que estão presentes nos livros didáticos.

Atividade de intervenção pedagógica

Com objetivo de promover uma mudança de mentalidade, no que tange a valorização da história indígena, será direcionado aos alunos uma atividade de pesquisa em lócus, onde os mesmos terão de realizar entrevistas com os moradores mais velhos da comunidade, no seu espaço de convivência, tendo como premissa registrar através desses relatos as experiências desses sujeitos e as influências dos indígenas no seu modo de viver, em suas práticas cotidianas. Assim também como buscar registrar através de imagens objetos herdados dos povos indígenas e se possível trazer esses objetos para serem apresentados em sala de aula.

A culminância desse trabalho se dará através de seminários onde os mesmos irão apresentar suas produções na classe, fomentado com a participação do professor uma discussão mais abrangente sobre a temática. Busca-se com isso, evidenciar ações que reconheça o protagonismo dos povos indígenas na história do Brasil e na formação da nação, mostrando que eles nunca deixaram de lutar por seus direitos.

Por conseguinte, para abarcar um público-alvo mais abrangente, será feita uma conversa com a gestão da escola, corpo técnico pedagógico mostrando a necessidade da reedição desse trabalho, buscando envolver não só os educandos, educadores e demais segmentos da escola, mais indo para além dos muros da escola abarcando a comunidade em geral.

O objetivo de encaminhar esses alunos a campo para realizarem a coleta desses materiais perpassa por uma questão de valorização desses objetos enquanto registro da cultura desses povos indígenas, e que, portanto, é importante enfatizar para os mesmos que esses objetos fazem parte de uma cultura material e que carregam consigo uma gama de significado que possibilita valorizar e preservar esse saber local.

CERÂMICA E ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA NA ESCOLA INDEPENDÊNCIA, RESERVA EXTRATIVISTA TERRA GRANDE PRACUÚBA, ILHA DO MARAJÓ, PARÁ

Anélio Silva
Beto Moreira
Delma Costa

Introdução

Este trabalho tem por objetivo levar o aluno do 8º ano do ensino fundamental a refletir sobre o legado cultural indígena que está presente no nosso dia a dia, não só no uso de utensílios de fibras vegetais e cerâmica, mas também em nossos costumes. A atividade a ser desenvolvida levará o estudante a entender que as contribuições das culturas indígenas são fundamentais a formação da identidade brasileira, visto que esses povos foram importantes no passado e ainda são no presente.

A temática em questão visa apresentar aos estudantes a riqueza da diversidade étnica cultural brasileira, bem como as manifestações artísticas dos indígenas. Nesse caso, as peças de cerâmicas testemunham muitos costumes dos diferentes povos indígenas e uma linguagem artística que ainda nos impressiona.

Esta aula tem como função a apropriação do conhecimento da linguagem da cerâmica dentro do contexto social e cultural, além de trazer para dentro da sala de aula um pouco da cultura dos povos indígenas. Diante desse quadro, nosso intuito é observar até que ponto chega os conhecimentos dos alunos em relação a cultura indígena. Qual papel que os indígenas ocupam na sociedade atual? O índio é ainda visto como habitantes somente das matas? Como eles analisam as manifestações artísticas desenvolvida pelos povos indígenas em especial a cerâmica?

Para melhor esclarecimento dessa proposta pedagógica utilizamos com suporte teórico os seguintes textos: “Os índios na história do Brasil no século XIX: da Invisibilidade ao protagonismo”, de Maria Regina Celeste de Almeida (2012); “O ensino de História indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na lei 11.456/2008”, de Edson Silva (2012); “Novo olhar sobre o ensino de história Indígena”, de Sandra Daniel Lousana e Luiz de Castro Campo Júnior (2016), para melhor desenvolvimento do nosso trabalho.

Usos da bibliografia

Considerando a importância do ensino de história indígena no contexto escolar e analisando os textos debatidos em sala de aula, percebe-se que houve um avanço no contexto histórico dos direitos indígenas e esses textos servirá de embasamento teórico para subsidiar a nossa proposta pedagógica, já que segundo a autora Maria Regina Almeida (2012), “houve uma mudança sobre o lugar que os índios ocupavam na história no século XIX” e como o mesmo passou a ser visto a partir da historiografia atual.

Antes os indígenas lutavam pela reivindicação de seus direitos na justiça para serem vistos como povos nativos, sem ter que ignorar suas origens, pois em alguns casos eram tratados como desaparecidos. Já nos dias atuais essa ideia vai sendo desmontada e os indígenas vão aos poucos garantindo seus espaços, políticos, sociais, acadêmicos tornando-se protagonistas de sua própria história.

Para o autor Edson Silva (2012), destaca que nos últimos anos os povos indígenas vem conquistando espaço, fato que tem exigido um olhar diferente e implementado discussões sobre a inclusão da cultura indígena dentro dos currículos escolares. Segundo o autor “faz-se necessário, então, desconstruir a ideia de uma suposta identidade genérica nacional, regional” (Silva, 2012, p. 214). Portanto para desconstruir essa ideia, o autor destaca alguns fatores necessários, por exemplo capacitar o corpo técnico das instâncias governamental na esfera federal, estadual e municipal, implementando a capacitação dos professores e a necessidade da produção de suportes pedagógicos, por exemplo vídeo e subsídio didático sobre os povos indígenas, para utilização em sala de aula.

Em suma a apropriação das leis, possibilitará estudar, conhecer e compreender a temática indígena. Portanto superar essa desinformação que resultava em estereótipos e preconceito sobre os povos indígenas, a partir desse conhecimento, mostrar o indígenas com o verdadeiro protagonista da História.

Para trabalhar questão indígena, abordaremos o texto dos autores Sandra Daniel Lousano Vera Sanchez Reis e Luis de Castro Campos Júnior (2016). O artigo apresentado pelos autores pretende relatar uma experiência docente de pesquisa e intervenção em sala de aula. Propõe-se a abordar novas perspectivas a serem utilizadas pelo professor no ensino da história indígena, através de algumas ideias expostas no material didático elaborado, valorizando a atuação dos povos indígenas.

A questão anterior deve fornecer subsídios, colaborando para uma nova forma de abordar a temática indígena e a aplicação da lei nº 11.645/2008, que institui a obrigatoriedade do estudo da história e das culturas dos povos indígenas.

Com isso os autores pretendem colaborar com as comunidades indígenas para desfazer os preconceitos, ou seja, os estereótipos que se tem contra esta população. A Lei 11.654, neste aspecto, foi de suma importância para que os indígenas fossem visto de outras maneiras, mais vale salientar que houve essas mudanças, mas há também as permanências, e esse é um dos pontos que os autores vem mostrar para que essa visão que se tem desses povos venha ser desconstruída, e que estes possam ser visto como seres que podem e devem desfrutar dos mesmos direitos que outros cidadãos.

O espaço destinado aos povos indígenas na história mostra-se igualmente reduzido, na maioria das vezes os conteúdos dos livros didáticos de história deixam de lado as sociedades indígenas, em vez de citar as suas contribuições na história do Brasil.

Os textos usados nos ajudaram a refletir sobre alternativas para o ensino de história a partir do trabalho de intervenção pedagógica, sendo que os mesmos apresentam reflexões sobre o ensino de história que visam superar os modelos tradicionais de ensino, e concretizam uma prática a partir da qual os conteúdos temáticos da disciplina passam ser articulados a temática transversal (diferenças culturais), apontando em especial para as possibilidades do trabalho com questões voltadas a história e cultura indígenas.

Cerâmica marajoara: herança cultural indígena e intervenção pedagógica

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Independência está localizada no município de São Sebastião da Boa Vista, na comunidade Estância na Reserva Extrativista Terra Grande Pracuúba - Marajó, Estado do Pará. Atualmente a referida escola funciona em dois turnos: matutino e vespertino, atendendo alunos da educação infantil e de fundamental maior, sendo as turmas: pré-escola, multe-série (1º e 2º ano), 3º ano, multe-série (4º e 5º) funcionando no turno matutino. No turno vespertino funcionam as turmas 6º ano, 7º ano, 8º ano e 9º ano. A escola tem no total 125 alunos.

Trabalham atualmente na escola 18 funcionários sendo: 10 professores, 5 serventes e 4 barqueiros. No que se refere aos professores apenas dois tem o

nível superior completo, e quatro são acadêmicos cursando a UFPA, dois tem o nível médio e um o magistério. Os alunos da referida escola são de comunidades diferentes, e enfrentam muitas dificuldades para chegar a escola por conta da distância, sendo que alguns se deslocam das suas casas por caminhos andando por terra mais de meia hora para pegar o barco que não tem como passar nas suas residências, outros ajudam seus pais nos trabalhos de roça e extração.

Na comunidade vila Estância onde está situada a escola moram 52 famílias, onde a maioria é protestante e alguns não professam nenhuma religião. Os moradores recebem benefício social do governo como: bolsa família, bolsa verde, seguro defeso, sendo que a base econômica desse povo é a caça, pesca e coleta de frutos da floresta. A razão de existir a escola na comunidade foi a exigência, mobilização dos moradores, solicitando a prefeitura que implantasse uma escola na comunidade, pois muitos alunos que residem nela tinham que se deslocarem para outra escola que ficaria mais distante, outros tinham que ir para a cidade, através de proposta políticas a comunidade foi privilegiada com a escola.

A atividade que iremos desenvolver em sala com os alunos esta dividida em duas aulas de 45 minutos cada. Na primeira aula promoveremos a apresentação da temática para a turma explorando os conhecimentos prévios dos estudantes em relação ao tema abordado, sobre a cerâmica indígena. Em seguida destacaremos a importância da cerâmica marajoara, mostrando sua presença no cotidiano dos ribeirinhos. Buscando a valorização da cultura indígena, para que eles passem a ver os indígenas por outro viés, não somente aquele dos indígenas estereotipados, mas que ocupa lugar de destaque na sociedade podendo desfrutar dos mesmos direitos como os demais grupos sociais.

Para uma segunda aula, a atividade será através de oficina utilizando a argila como matéria-prima, em que se buscará apresentar a origem e a formação da cerâmica por meio de textos, através de exposição oral e dialogada, mostra a argila e explicar como se produz um objeto de argila mais conhecido como barro, explicar como se extrai a argila e depois produzir um objeto de argila destacando o processo de secagem e a queima.

Através dessa proposta pedagógica nosso objetivo foi promover atividades sobre a cerâmica em sala de aula visando estimular a criatividade e a sensibilidade, afim de destacar sua importante contribuição na história de identidade e cultura do país até os dias atuais, dando ênfase a valorização da história local, porque o aluno está desenvolvendo o processo de conhecimento e de critica da realidade em que esta envolvendo.

ARTE E ARTEFATOS DE CULTURAS INDÍGENAS NO ENSINO DA HISTÓRIA NA COMUNIDADE ANTONIM, PARÁ

Guiomar da Silva Tavares
Ivone do Socorro Farias Balieiro
Mara de Sousa Leal

Introdução

O projeto de intervenção tem como o objetivo mostrar como é possível ensinar a história indígena através das artes, artefatos e culturas dos povos conhecidos como tradicionais. Trata-se de uma experiência cultural ainda não reconhecida como herança deixada aos povos não indígenas. A ideia é trabalharmos a questão através do ensino de história para alunos de turmas de multisseriado da comunidade Antonim, localizada na estrada Transpiriá no município de Curralinho. Se observa que ensino de História indígena ainda está sendo ensinada de forma inadequada, pois ainda se mostra o indígena de forma selvagem e não numa realidade diferente de que podemos ver hoje, ou seja, ocupando o seu lugar na sociedade.

Usos da bibliografia

Nesta perspectiva, o texto de Circe Maria Fernandes Bittencourt (1994), "O ensino de história para população indígena" nos mostra que nos últimos anos, tem sido desenvolvido pela maioria dos grupos indígenas um movimento pela manutenção de sua identidade social, cultural e étnico. Trata-se, no entanto, de uma forma de resistência diferenciada de outras épocas, verificando-se uma enorme capacidade desses povos em manter sua identidade sem se isolar do contato com os brancos, mas, ao contrário, buscando formas de aproximação com as quais seja possível incorporar e dominar aspectos da cultura dos grupos considerados dominadores (Bittencourt, 1994, p. 105).

Para a maior parte dos grupos indígenas que têm procurado a preservação de suas culturas, esta afirmação de identidade tem sido entendida por eles como uma forma de luta política para manutenção de suas terras e direitos de autodeterminação. A escola, sendo uma instituição criada para moldar, divulgar e legitimar determinados conhecimentos e que, primordialmente, serve para a apreensão da cultura escrita, torna-se um complexo informativo de difícil identificação por parte da sociedade indígena, essencialmente ágrafa.

Há uma clara compreensão da necessidade de dominar a escrita dos brancos, mas há uma certa inquietação em transformar suas antigas formas de comunicação também em registros escritos, criando signos para sua língua nativa. O papel da escola é percebido, portanto, de forma ambígua e aparentemente contraditória. A escola pode servir como elemento que favorece e acelera a perda da cultura anterior, que é substituída por um saber escolar criado pelos brancos, mas ela pode também servir para ampliar suas formas culturais de comunicação. Esta situação ocorre principalmente quando se desenvolve a alfabetização bilíngue. Com base nisso, A inclusão da construção da identidade nas propostas educacionais para o ensino de História merece, portanto, um tratamento capaz de situar a relação entre o particular e o geral, quer se trate do indivíduo, sua ação e papel nas aldeias, quer se trate dos grupos indígenas em suas relações interétnicas e com a sociedade nacional (Bittencourt, 1994, p. 106).

Desta forma o texto de Edson Silva (2012) “O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008”, nos diz que no ensino de história é importante destacar que, quando falamos de diversidade cultural indígena, estamos falando de diversidade de civilizações autônomas e de culturas; de sistemas políticos, jurídicos, econômicos, enfim, de organizações sociais, econômicas e políticas construídas ao longo de milhares de anos, do mesmo modo que outras civilizações dos demais continentes europeu, asiático, africano e a Oceania (Silva, 2012, p.216).

Não se trata, portanto, de civilizações ou culturas superiores ou inferiores, mas de civilizações e culturas equivalentes, mas diferentes (Baniwa, 2006, p.49). Em anos recentes os indígenas vêm conquistando o (re)conhecimento e o respeito a seus direitos específicos e diferenciados. Sob essa ótica o país, a sociedade brasileira se repensa, se vê em sua multiplicidade, pluralidade e diversidade sociocultural (SILVA, ano, p. 2016).

Mas lembremos que esse reconhecimento exige também novas posturas e medidas das autoridades governamentais em ouvir dos diferentes sujeitos sociais, a demanda por novas políticas públicas que reconheçam, respeitem e garantam essas diferenças indígena nos estudos, nas capacitações periódicas e na formação continuada, e a abordagem deve se dar na perspectiva da socio diversidade historicamente existente no Brasil, por meio de cursos, seminários, encontros de estudos específicos e interdisciplinares destinados ao professorado e aos demais trabalhadores/as em educação, com a participação de indígenas e a assessoria de especialistas reconhecidos. É preciso, também, adquirir livros que tratem da temática indígena, destinados ao acervo das bibliotecas escolares (Silva, 2012, p. 2017).

No texto de Sandra Daniel Lousano Vera Sanchez Reis e Luis de Castro Campos Júnior "Novo olhar sobre ensino de história" (2016), vem nos mostrar que o espaço destinado aos povos indígenas na história mostra-se igualmente reduzido. A maioria dos livros didáticos de História do Ensino Fundamental, muitas vezes utilizados como o principal recurso didático em sala de aula, costuma deixar de lado a população indígena ou se limitar apenas a citar sua contribuição.

Quando encontramos referências ao tema, observa-se que esses povos se encontram ausentes enquanto sujeitos de sua História. Existe ainda hoje uma tendência nas escolas em priorizar apenas alguns aspectos da cultura indígena na sua materialidade sem destacar os significados atribuídos em diferentes ambientes. Assim, o que é denominado como "herança cultural" reduz-se a lista de palavras, comidas, remédios, deuses, etc. (Reos; Campos Júnior, 2016, p. 19).

Uma rápida análise nos livros didáticos de História nos impele a pensar que o índio ocupa um lugar muito reduzido na sociedade brasileira desde o processo de colonização, que se adapte melhor a realidade da sua escola e da sua turma existe uma variedade muito ampla de recursos que podem ser utilizados pelos professores em colaboração com o livro didático no desenvolvimento de suas atividades. Entre esses recursos didáticos cabe destaque para o uso de músicas, filmes, vídeos, depoimentos, visitas, histórias em quadrinhos, entre outros. Como também o artesanato foi outro campo da atividade humana em que a influência indígena se apresentou com importante intensidade. Bolsas trançadas com fios e fibras, enfeites e ornamentos com penas, sementes e escamas de peixe são utilizados em diversas regiões do país, que sequer têm proximidade com uma aldeia indígena.

Considerando as reflexões anteriores sobre a relação entre arte e artefatos indígenas e ensino de história, é que propomos desenvolver a atividades relacionadas a confecções de matérias indígenas, como: peneiros, abanos, tipiti, cesta, peneira etc... tendo assim a participação da comunidade no ensino da confecção dos mesmos.

Arte e artefato na escola

As atividades serão feitas com os alunos de multisseriado da Escola Municipal de Ensino Fundamental Antonim, localizada na estrada Transpiriá na comunidade Antonim. Onde mesma atende 20 alunos do primeiro ao quinto ano, e duas funcionárias sendo uma professora e uma auxiliar de serviços gerais, os alunos dessa escola são filhos de famílias de baixa renda familiar

que sobrevivem da agricultura, ou seja, na fabricação de farinha.

Atividade esta que será feita através de oficinas onde serão confeccionados materiais como abano, tipiti, paneiro entre outros juntamente com escola e comunidade. Desta forma a atividade propõem descolonizar o ensino de história indígena que tem sido passado para os alunos de forma superficial através dos livros didáticos.

Nesta atividade será feita uma palestra pela professora da turma que irá explicar para a comunidade o motivo de estar se fazendo as oficinas, ou seja, ela irar colocar para os pais de alunos que estarão presentes que os materiais que utilizamos no dia são coisas que herdamos dos indígenas, e que eles também fazem parte de nossa história. E que os indígenas não são aquelas pessoas que costumamos ver no livro didático pois, estão também ganhando espaço perante a sociedade assim como os brancos. Em seguida será feito um debate para que haja uma interação entre professor, alunos e a comunidade. Por último será feita a confecções dos materiais que serão ensinados para os alunos por pessoa da comunidade, materiais esses que serão ensinados passo a passo para os alunos em geral.

POVOS INDÍGENAS/MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA SÃO JOSÉ NO RIO UMARITUBA. PARÁ

Angélica Paixão da Silva
Daniel Ferreira Reis
Toninho de Jesus dos Santos

Introdução

O trabalho a ser apresentado como proposta de ensino no 6º ano, com ênfase aos povos indígenas, na escola São José, comunidade de Umarituba, em São Sebastião da Boa Vista. O plano de intervenção vai propor uma comparação entre os indígenas desde a chegada dos colonizadores portugueses em 1500. O que mudou a partir do contato com aqueles povos europeus e o que ainda hoje permanece daquelas tradições que os indígenas viviam antes desses contatos.

A proposta terá como ponto de partida através de 3 aulas, tendo como primeiro passo, a elaboração de um texto didático com linguagem acessível a turma, e através da leitura e também uma ligação com os textos discutidos em sala sendo eles 3,6 e 7 debatendo em sala, depois um documentário para ajudar o aluno a compreensão do tema então a ideia é explorar o tema fazendo uma analogia dos indígenas do tempo colonial e na atualidade como ele é visto dentro da sociedade brasileira. Tentaremos desconstruir o pensamento eurocêntrico de que o indígena era somente um mero ou nem isso, coadjuvante da História brasileira da participação dessas populações.

Então através desse processo buscaremos fazer com que os alunos possam ter um pensamento mais crítico a respeito do indígena construir uma imagem do verdadeiro papel do indígena e sua contribuição à formação do povo brasileiro, mostrando que os povos indígenas, na verdade tiveram e tem papel fundamental nesse processo. Analisaremos passo a passo como o indígena era visto pelo homem branco naquele período (colonial) e como ele é visto hoje sempre criando no aluno uma perspectiva de que indígena hoje ainda permanece com alguns hábitos dos tempos coloniais mais outras coisas mudaram, ou seja, evoluíram com o passar dos tempos.

A ideia é mostrar que realmente faremos o possível ao máximo entendimento a respeito do tema proposto no caso das mudanças e permanências da maneira de como viviam e pensavam o mundo a seu respeito tirando aquela ideia de que os indígenas não podiam evoluir e acompanhar o processo de transformação do homem “civilizado” e que hoje isso aconteceu e o indígena foi se transformando e acompanhando essa transição.

Usos da bibliografia

Com o título Povos indígenas/mudanças e permanências, o referido trabalho busca fazer uma análise sobre a questão do índio e sua trajetória desde os tempos colônias até os dias atuais buscando mostrar suas lutas com o intuito de serem inseridos na sociedade onde sempre sofreram estereótipo por serem uma sociedade diferente mais que tem seus deveres e direitos de participarem das transformações que ocorreram e ainda ocorrem na sociedade brasileira. Para um melhor entendimento sobre o tema, buscamos analisar autores que fazem um diálogo referenciando as formas de como a população indígena vem lutando por um destaque melhor dentro desse cenário.

Entre esses autores, faço aqui referência a Luiz Antônio de Oliveira & Rita Gomes do Nascimento 2012, que em sua obra, apresentar um percurso para a história mostrando através a trajetória educacionais voltadas para os povos indígenas, mas não tendo o próprio índio como alguém que valorizasse sua história sua cultura, e sem o índio era instruído para atender os interesses de uma elite que tinha um olhar preconceituoso do índio como sendo inferior, nesse sentido sugere pensar como as questões das diferenças culturais dos povos indígenas orientaram diferentes projetos.

Também, utilizamos os autores: Sandra Daniel Lousano Vera Sanchez Reis e Luis de Castro Campos Júnior, que em sua obra intitulada Novo olhar sobre o ensino de história indígena 2016, tem a intenção de relatar uma experiência de pesquisa e intervenção em sala de aula, propõe-se a abordar novas perspectivas a serem utilizadas pelo professor no ensino da História , através de algumas ideias expostas no material didático elaborado. Partindo dessa perspectiva, buscou-se caminhar na direção de novas maneiras de trabalhar a questão indígena destacando a valorização de toda sua cultura as mudanças que ocorreram e ainda o que permanece, fornecendo elementos, colaborando para uma nova forma de abordar a temática.

Essa valorização tem como finalidade tentar desfazer os estereótipos criados ao longo dos séculos e que ainda permanece na comunidade escolar, tendo em vista que os povos indígenas estão presentes na sociedade brasileira e devem ser tratados, estudados e pesquisados não necessariamente como uma população indiferente, mas sim como uma população que busca seu espaço para o reconhecimento e a aceitação das suas diferenças.

Por último, fazemos aqui o destaque como referência o texto intitulado: As sociedades indígenas nos livros didáticos de história: entre avanços, lacunas e desafios 2018, que vai fazer essa análise de como questão indígena é assim

trabalhada, como o livro mostra essa temática, se ainda é como o indígena sem cultura que vivem em matas ou se já analisa as mudanças que mesmo de forma lenta os povos indígenas vem conseguindo, com conquistas asseguradas perante a sociedade atual.

Atividade de intervenção pedagógica

Conhecer o processo de construção de uma nação é uma dimensão valiosa para a escola, no sentido de oferecer oportunidade ao aluno de olhar o passado, bem como o presente, em busca de conhecimento e percepção sobre a história do país. Diante disso, considera-se de fundamental importância que o povo brasileiro tenha conhecimento acerca do sofrimento que as sociedades indígenas foram expostas, favorecendo uma melhor compreensão das atitudes tomadas pelos índios no decorrer da história do Brasil, conhecimento que deve ser adquirido desde o início da fase escolar, especificamente para os alunos do Ensino Fundamental.

No intuito de propiciar ao aluno uma exploração abrangente em relação à história indígena nas escolas, o referido trabalho tem como intuito conhecer as mudanças que ocorreram com os povos indígenas e aquilo que ainda permanece desde período da colonização. Assim como, a maneira em que a história e cultura indígena são trabalhadas no 6º ano do ensino fundamental. Com isso sugere-se questões que irão somar no conhecimento e inclusão dessa abordagem.

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental São José, localizada no Rio Umarituba, Município de São Sebastião da Boa Vista, começou a funcionar no ano de 1965, no mandato do então Prefeito Municipal, Custódio Monfredo Ferreira, na residência do Senhor Deodoro Serrão (no Furo Vilela), com turmas multiseriadas (o que era normal na época), com mais ou menos 50 alunos que frequentavam as aulas no período matutino, e o mesmo Deodoro Serrão era o professor. Hoje, a Escola São José consta de 04 salas de aula, 01 secretaria, 01 cozinha, 02 banheiros, sendo 01 feminino e 01 masculino que atende a todos, uma casa de professores mesma possui 08 turmas no horário da manhã e 04 no turno da tarde sendo que, a escola funciona em dois turnos.

Desde 2005, a escola São José vem passando por dificuldades em sua estrutura. Funciona com turmas que vão da Pré-escola até o 9º ano do ensino fundamental. Atualmente a escola possui 229 alunos regularmente matriculados. O principal objetivo dessa unidade de ensino é ser reconhecida como uma das escolas do município de São Sebastião da Boa Vista, com um

dos melhores índices de Desenvolvimento da Educação Básica e melhor desempenho em leitura, escrita e raciocínio lógico-matemático. Propósito da escola é portanto, oferecer aos alunos uma educação de qualidade com altos níveis de aprendizagem, desenvolvendo suas competências para atuação na sociedade por meio de um trabalho coletivo e sistemático.

A escola também atende alunos de outras localidades próximas, os alunos quase que na sua totalidade possui distorção série idade, devido vários fatores entre eles a questão do trabalho em olarias e a extração do açaí em determinada época do ano. 90% dos alunos recebem o programa bolsa família do governo federal. Dos 12 professores que atual na escola, 07 tem nível superior e 05 com nível médio. Os alunos a qual será direcionado a proposta de ensino, são no total 28 alunos no 6º ano do ensino fundamental.

A realização desse projeto demanda um trabalho de professores da escola e comunidade. O professor para contato prévio com a comunidade fazendo-os um convite a pesquisa.

Após a aceitação da comunidade a realização dessa parceria, é necessário que os professores conjuntamente a uma sequência didática, e, em seguida apresentar o tema para a comunidade e as respectivas turmas do 6º ano. Ao iniciar os trabalhos faremos algumas perguntas aos estudantes e comunidade sobre os indígenas, que conhecimentos e imagens possuem a respeito dos mesmos. Diante as informações obtidas será feita uma explicação para a plateia em geral, sobre o tema em discussão, logico que usado ao nível do público para que possam entender da melhor forma possível o assunto.

Será utilizado o livro didático, com o cuidado de se absorver informações importantes, mas também de desconstruir ideias equivocadas presentes no próprio livro a cerca, dos povos indígenas. Deve-se levar em conta os principais conflitos ocorridos e as consequências desse processo, os estereótipos produzidos sobre os indígenas e principalmente como permanece nos dias atuais, abordando as lutas pelos seus direitos a educação saúde. As terras que ocupam e pela manutenção de suas culturas tudo isso será trabalhado através de textos didáticos produzido pelos professores.

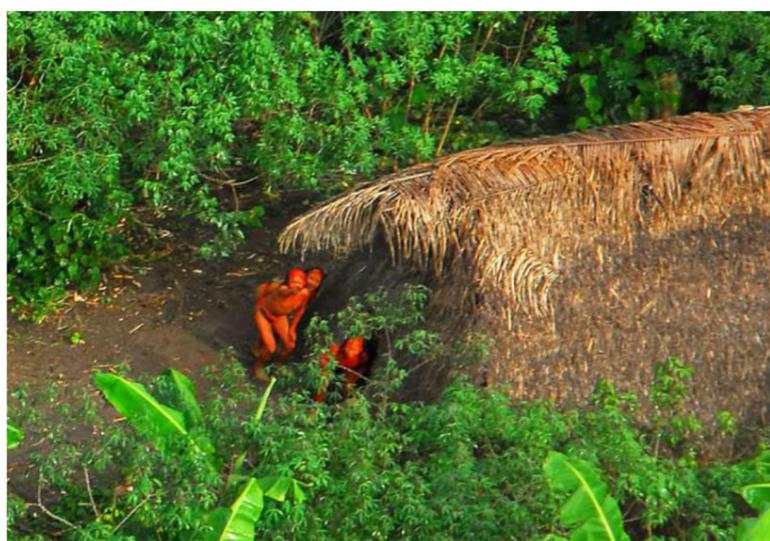
A partir do contexto já ressaltado, promover uma roda de conversa sobre essas mudanças e permanências dos povos indígenas, mostrando através das imagens o indígena no período colonial evidenciando aquilo que faziam parte do cotidiano destas comunidades, como a religião e as atividades de caça,

pesca e agricultura. Devem se trabalhar com imagens destes povos nos dias atuais, onde habitam em casas com energia elétrica, computadores, internet celulares, carros e cargos importantes.

Também deve se observar os indígenas sendo preparados para defender seus interesses, podendo dar aula em escolas públicas, enfim um indígena envolvido socialmente. Podemos compreender que essa forma de vida do indígena mudou de uma certa forma contribuindo para uma compreensão do tema proposto em que o nosso propósito é fazer com que esse educando faça uma reflexão minuciosa a esse respeito, podendo compreender que o desenvolvimento desses grupos fazem parte dos dias atuais. Algumas coisas ainda permanecem como forma de manter as tradições destes grupos.

Diante do exposto, solicitaremos que os alunos realizem pequenos registros textuais, a partir das questões: Os povos indígenas tem direitos a mudanças? Por que os indígenas são marginalizados pela sociedade? Na sua opinião os indígenas devem acompanhar os avanços tecnológicos? Você concorda que os indígenas devem preservar suas tradições? De acordo com o tema estudado cite as possíveis mudanças e permanências detectadas durante o debate.

Com este projeto, esperamos alcançar a compreensão dos alunos sobre a temática desenvolvida, tendo convicção das mudanças e permanências sobre a população indígenas, assim como a luta dos mesmo em busca de igualdades sociais. A seguir apresentamos as imagens retiradas da internet que podem ser utilizadas na atividade.



POVOS INDÍGENAS, ENSINO E DIFERENTES TEMPORALIDADES

Alcione do Socorro Castilho
Elziane dos Santos Ramos
Helton Martins

Introdução

O presente trabalho apresenta a ideia da diversidade brasileira, presentes no conjunto de populações indígenas existentes em seu território. Do ponto de vista da diversidade se observa também os rios, as matas, as paisagens, características da região amazônica.

A proposta desta atividade de ensino é demonstrar aos alunos de História, que os indígenas apresentam direitos que precisam ser respeitados. Que há a necessidade de se valorizar as diferentes experiências destas populações em razão dos seus modos de vida, de acordo com o meio que está inserido.

Considerando as observações anteriores, diríamos que é muito importante destacarmos o modo de vida das comunidades, como se organizam e quais suas atuações políticas em busca para uma melhor qualidade de vida. Um caso é o acesso de indígenas nas universidades, como resultado desta luta.

Uma das questões importante é o professor buscar estar sempre atualizado para dessa forma elaborar atividades que venha envolver os educandos a refletirem sobre a cultura destas populações e suas estratégias de luta e resistência. Para isso se faz importante que o professor conheça o universo de atuação e vida dos alunos e a partir daí traçar estratégias de ensino sobre a realidade de cada discente. Além disso, quando se fala em cultura, muitos dos alunos são preconceituosos e para isso, o professor precisa estar atento sobre essa situação, assim como elaborar um histórico sobre o assunto e fazer uma palestra sobre o assunto, como vamos propor na atividade a seguir.

Usos da bibliografia

Para melhor entendimento da proposta de aula usaremos os autores abaixo mencionado como embasamento teórico. No caso, o texto “Novo olhar para o ensino de História”, dos autores Sandra Daniel Lousano Vera Sanchez Reis e Luis de Castro Campos Júnior (2016). Para estes autores, “os indígenas são sujeitos de sua história e, que para isso se torne claro, é necessário que a história desses povos possa ser conhecida e reconhecida pela comunidade escolar” (REIS; CAMPOS JUNIOR, 2016, p. 7).

Ao analisar os autores citados acima percebe-se que os indígenas são sujeitos da história e que estavam e ainda estão sendo reconhecidos de forma lenta em muitas escolas. Para que esta realidade seja modificada devemos levar esse assunto aos espaços de ensino e fazer com que os educandos compreendam que esses povos são protagonistas de suas trajetórias de vida e resistentes.

Para Maria Regina Celestino de Almeida (2012), esta aponta que as mudanças culturais vivenciadas pelos indígenas ganham outras interpretações e passam a ser vistos não apenas como perda ou esvaziamento de uma cultura dita autêntica, mas em termos do seu dinamismo, mesmo em situações de contato extremamente violentas como foi o caso da relação com os colonizadores, na experiência da América. O mesmo se pode dizer em relação às identidades indígenas que, transformadas e invisibilizadas, emergem hoje em conjunturas mais favoráveis, graças aos inúmeros processos que buscam revelar este protagonismo.

Para Celestino de Almeida (2012), observa-se o avanço nas mudanças culturais vivenciadas pelos indígenas. Neste sentido, podemos dizer que as vivências com outras culturas trouxeram grandes transformações intelectuais. Isto não quer dizer que este perdeu sua identidade, mas sim, conquistaram seus espaços como cidadãos civilizados e letrados tornando assim agente transformador no processo social.

Outro autor, Thiago Leandro Vieira Cavalcante (2011) relata que ainda é frequente a confusão entre os conceitos de “cultura” e “etnia” quando se buscam critérios de “indianidade”. Ao tratar esses dois conceitos como sinônimos, propaga-se a ideia de que o indígena para ser indígena precisa ter um grande bojo de sinais diacríticos que marquem sua diferença em relação à sociedade envolvente.

Esse estereótipo é notadamente observado em nossos livros didáticos que mostram a desvalorização indígena, ou seja, mostra somente o indígena como estagnado no tempo, como se não tivesse direito a uma cidadania igualitária. Diante desta observação, buscamos com a atividade proposta superar estes estereótipos que marcaram por longo tempo as populações indígenas.

Atividade de intervenção pedagógica

Para esta atividade propomos desenvolver uma ação de intervenção na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental São Lucas, que está situada na vila Patauazal, no auto Pracuúba Grande, no Município de São Sebastião da Boa Vista, Ilha do Marajó. Escola esta que foi construída na administração do prefeito Getúlio Brabo de Souza, que tinha também como secretária de educação Jacinete Lima. Esta escola foi inaugurada no dia 04 de agosto de 2011, devido à necessidade de um espaço adequado e também com o número de alunos elevado, havendo, portanto, a necessidade de um prédio estruturado para inserir estes educandos e estabelecer uma educação de qualidade.

Para a atividade proposta, esta será desenvolvida na turma do 8º ano com o total de 14 alunos sendo 8 meninas e 6 meninos 13 e 14 anos. No nível de formação dos professores observa-se dois pedagogos, um biólogo, dois matemáticos, dois cursando pedagogia, um cursando história, um cursando letras e dois de nível médio.

Os objetivos deste trabalho é fazer com que os alunos vejam a cultura do outro de forma a respeitar os valores sociais e culturais. Para que possamos alcançar os objetivos proposto dividiremos as aulas por momentos, em um primeiro será feito um debate com os alunos sobre identidade e cultura indígena, e levar os educandos a refletir sobre a grande importância dos indígenas para nossa sociedade. Posteriormente dividiremos os alunos em pequeno grupo para elaborarem um pequeno resumo segundo o que foi estudado em sala de aula.

Assim desenvolverão o trabalho proposto seguindo o seguinte critério: primeiro diferenciando o que eles entendem por cultura e identidade, assim como, o que a imagem indígena representa para eles. Mostrar duas imagens de indígenas com ilustração atualizadas e uma de indígenas com são representadas em muitas escolas, ainda visto com adereços.

E por fim propor aos alunos que façam a leitura das imagens apresentadas na página a seguir, com o direcionamento dos professores, que será uma forma de descolonizar o ensino de história indígena. A ideia é mostrar que existem indígenas em vários cenários sociais, uns ainda muito vinculado a cultura de sua comunidade, guardando elemento de seus ancestrais, enquanto outros seguiram outros caminhos cursando universidade o que permitiu o desenvolvimento de outras atividades.

Imagens 1 e 2: Ilustrações a serem utilizadas em atividade.



Fonte: Imagem da internet.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, v. 1, no 2, p. 21-39 - 2012.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. O ensino de história para populações indígenas. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n.63, jul./set. 1994.
- CARIE, Nayara Silva de; LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. Da história dos índios às histórias indígenas: descolonizando o ensino de história. *Santa Maria* | v. 43 | n. 4 | p. 773-790 | out./dez. 2018.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. *História* (São Paulo) v.30, n.1, p. 349-371, jan/jun 2011.
- FERRARO, Juliana. A produção dos livros didáticos: uma reflexão sobre imagem, texto e autoria, *Cadernos do CEOM*, n. 34, 2005.
- OLIVEIRA. Luiz Antonio; NASCIMENTO, Rita Gomes do. Roteiro para uma história da educação escolar indígena: notas sobre a relação entre política indigenista e educacional. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 765-781, jul.-set. 2012.
- RAMOS, Márcia Elisa Teté; CAINELLI, Marlene Rosa Cainelli; OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. As sociedades indígenas nos livros didáticos de história: entre avanços, lacunas e desafios. *Revista História Hoje*, v. 7, nº 14, p. 63-85 - 2018.
- REIS, Sandra Daniel Lousano Vera Sanchez; CAMPOS JUNIOR, Vera Sanchez Luis de Castro. *Novo olhar sobre ensino de história*. Volume 1, Governo do Paraná, 2016.
- SANTOS, Boaventura de Sousa Santos; MENESES, Mari Paula (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez, 2010.
- SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto. 2003, p. 54-68.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autorismo no Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SILVA, Edson. O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008. *Revista História Hoje*, v. 1, no 2, p. 213-223 - 2012.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

2019